COP31: o mundo também se lê com os pés no chão



» SAMUEL CAETANO
Geraizeiro, presidente do Conselho Nacional de de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT)

Há uma contradição nas negociações climáticas: o mundo procura soluções para uma crise que ameaça a vida, enquanto povos e comunidades que há séculos conservam a biodiversidade ainda precisam justificar seu lugar nas decisões sobre o futuro do planeta.

Venho do Cerrado brasileiro. Sou geraizeiro. Aprendi que a chuva chega antes da água. Ela se anuncia no canto dos pássaros, na floração das árvores, na direção dos ventos e no cheiro da terra. São sinais que nossos mais velhos aprenderam a interpretar e que orientam nossa maneira de viver. Somos detentores de conhecimentos.

Sabemos ler o céu, o mar, os rios, a terra, o fogo, o gelo e as águas subterrâneas. Nas savanas, florestas, montanhas, desertos e regiões costeiras, desenvolvemos nossas próprias ciências da observação e da experimentação.

Testamos, comparamos, corrigimos e transmitimos descobertas. Conhecemos as espécies, os ciclos da natureza e os limites dos ambientes onde vivemos. Essa inteligência resulta de gerações produzindo conhecimentos e aperfeiçoando práticas.

A oralidade, a memória e o trabalho coletivo são caminhos legítimos de investigação. Não reivindicamos que nossos saberes substituam a ciência acadêmica. Defendemos um encontro respeitoso entre diferentes formas de compreender o mundo.

Segundo o MapBiomas (2025), entre 1985 e 2024, o Brasil perdeu aproximadamente 111,7 milhões de hectares de vegetação nativa, cerca de 13% do território nacional. No Cerrado, a redução alcançou 40,5 milhões de hectares. Esses números revelam a emergência socioambiental, mas também exigem uma pergunta: quais formas de ocupação e manejo contribuem para manter os ecossistemas vivos?

A resposta passa pelos territórios tradicionais, embora sua contribuição não possa ser medida apenas pelas árvores preservadas. No Cerrado, conservar significa proteger veredas, nascentes, campos, chapadas e matas. Significa reconhecer que uma área aberta de vegetação nativa não é terra vazia esperando virar plantação.

Nas comunidades geraizeiras, a proteção das águas está relacionada ao uso das chapadas, ao manejo dos cultivos e à coleta de frutos. Nossos sistemas produtivos combinam alimento, biodiversidade e relações comunitárias. Uma roça não produz apenas mercadorias: alimenta famílias, conserva sementes e fortalece a autonomia.

O mesmo princípio se expressa entre pastoralistas africanos, comunidades pesqueiras, povos das montanhas asiáticas e populações de regiões geladas. Cada território desenvolve respostas próprias às condições da natureza. Essa diversidade de conhecimentos é fundamental para a adaptação e mitigação climática.

Quando uma comunidade perde seu território, perde também as condições de continuar produzindo essa ciência. Uma nascente destruída interrompe experiências acumuladas. Uma família expulsa deixa de transmitir práticas. A degradação ambiental rompe vínculos entre gerações que nenhuma compensação financeira consegue reconstruir integralmente.

Por isso, a justiça climática precisa começar pela justiça territorial. Em Antalya, na Turquia, durante a COP31, essa discussão é central para nossa atuação no Fórum Global de Comunidades Locais. A Plataforma de Comunidades Locais e Povos Indígenas (LCIPP), vinculada à Convenção do Clima da ONU, representa uma conquista no reconhecimento dos conhecimentos tradicionais. Mas ainda existe uma distância entre reconhecer nossa contribuição e assegurar nossa participação nas decisões.

No Grupo de Trabalho Facilitador (FWG) da Plataforma, defendemos representação própria e igualitária para as comunidades locais, respeitando as conquistas e a autonomia dos povos indígenas. Não se trata de disputar espaços entre grupos historicamente excluídos, mas de construir uma governança que reconheça nossas identidades e responsabilidades. Precisamos avançar também na proteção dos conhecimentos, no consentimento para sua utilização, no financiamento direto e na participação comunitária na formulação e avaliação das políticas climáticas.

O Fórum Global de Comunidades Locais vem construindo um mutirão entre continentes, reunindo experiências e transformando demandas territoriais em propostas para as negociações internacionais. Nosso desafio é fazer essa presença produzir mudanças institucionais concretas, para além das fotografias e declarações de reconhecimento.

Não queremos ser lembrados apenas como populações vulneráveis às mudanças climáticas. Somos sujeitos políticos, produtores de conhecimentos e responsáveis por práticas que contribuem diariamente para a conservação da vida.

O futuro climático não será construído exclusivamente nas salas de negociação. Depende também dos direitos territoriais, da continuidade das experiências comunitárias e da capacidade de decisão de quem conhece profundamente os lugares onde vive. Porque a Terra tem muitas línguas, e nós aprendemos a escutá-las.



China em transformação: desenvolvimento, combate à pobreza e nova geografia de cooperação



» MOACYR OLIVEIRA FILHO
Jornalista, diretor de Jornalismo da Associação Brasileira de Imprensa (ABI)

Voltei à China — país que ocupa lugar central nas transformações econômicas, políticas e sociais do século 21 — a convite do Diário do Povo; não como representante da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), da qual sou diretor de Jornalismo. Viajei com o olhar de jornalista, o mesmo que me acompanha há mais de cinco décadas de profissão e que me leva a observar, perguntar, comparar e, sobretudo, contar histórias.

Em Fuzhou, participei do Fórum de Cooperação de Mídia do Cinturão e Rota 2026, promovido pelo Diário do Povo, que reuniu mais de 200 representantes estrangeiros de 182 veículos e instituições de aproximadamente 100 países e organizações internacionais.

O debate colocou em evidência o papel da mídia diante das mudanças na ordem mundial. Em tempos de conflitos e disputas econômicas e tecnológicas, o jornalismo deve aproximar povos, oferecer diferentes perspectivas e contribuir para a defesa do multilateralismo. Essa cooperação, entretanto, precisa preservar a independência editorial e o compromisso com a informação.

Outro destaque foi a exposição dos 30 anos do Projeto Estratégico 3820, concebido em 1992, quando Xi Jinping era secretário do Partido Comunista em Fuzhou. O projeto estabeleceu metas de desenvolvimento para três, oito e 20 anos. É uma demonstração da importância do planejamento de longo prazo e da continuidade das políticas públicas.

Em Ningde, conheci a exposição sobre a trajetória de combate à pobreza na região e o trabalho desenvolvido por Xi Jinping entre 1988 e 1990, quando dirigia o Partido Comunista local. Um capítulo especial dessa história é a aldeia de Chixi, considerada a primeira aldeia chinesa de combate à pobreza. Em 24 de junho de 1984, uma reportagem do Diário do Povo revelou a situação de extrema pobreza da comunidade e ajudou a mobilizar a atenção nacional para o problema.

Segundo o Banco Mundial, quase 800 milhões de pessoas deixaram a pobreza extrema na China em aproximadamente quatro décadas. Em 2021, o país declarou a erradicação da pobreza absoluta segundo seu critério nacional. Um resultado histórico, embora persistam desigualdades e desafios sociais.

Fuzhou combina sua história de antigas rotas marítimas com a expansão comercial e industrial de Fujian. Ningde reúne desenvolvimento industrial, economia marítima e transformação rural. Na baía de Sandu'ao, a criação de corvina amarela demonstra a incorporação de tecnologia às atividades tradicionais.

A criatividade chinesa vai além dos avanços científicos e tecnológicos. As experiências da BabyBus, que desenvolve animações, conteúdos audiovisuais e produtos educativos infantis presentes em mais de 160 países e regiões, e da Profit Cultural & Creative, que alcança mais de 100 países e regiões com produtos culturais, objetos de decoração e móveis para o lar e escritório, mostram como a China transforma criatividade em negócios e conquista mercados internacionais. São exemplos de uma indústria que combina inovação, design, cultura e empreendedorismo para levar produtos e ideias chinesas a consumidores dos cinco continentes.

Lançada em 2013, a Iniciativa Cinturão e Rota busca ampliar conexões comerciais e econômicas por portos, ferrovias, corredores terrestres e marítimos e investimentos em infraestrutura.

Para os países do Sul Global, representa possibilidades de ampliar mercados, atrair investimentos e diversificar parcerias. Isso exige também atenção às condições de financiamento, à sustentabilidade e aos interesses nacionais.

Para o Brasil, a parceria com a China precisa avançar além das commodities, alcançando indústria, ciência, tecnologia, educação e transição energética. A viagem permitiu observar um país em transformação, das grandes metrópoles às comunidades rurais, dos centros tecnológicos aos portos.

Não se trata de idealizar a China ou apresentar seu modelo como receita universal. Cada país tem sua história e suas próprias condições de desenvolvimento. Mas também não podemos ignorar mudanças que alteraram profundamente a vida de centenas de milhões de pessoas.

É também uma lição para o jornalismo: olhar para onde poucos olham, ouvir quem raramente é ouvido e contar histórias que ajudem a compreender o mundo. O futuro será construído pela capacidade de estabelecer pontes entre países, culturas e povos. E a mídia tem uma responsabilidade fundamental nessa tarefa.

Integridade na saúde no próximo governo



» SÉRGIO ROCHA
Presidente do Conselho de Administração do Instituto Ética Saúde (IES)

O governo federal que toma posse em 5 de janeiro de 2027 encontrará desafios conhecidos na saúde, como ampliar o acesso, financiar o sistema, reduzir filas, melhorar os desfechos dos tratamentos médico-hospitalares, assegurar sua continuidade e incorporar tecnologias. As fragilidades de ética e integridade, especialmente na saúde pública, são um problema crônico, menos visível e igualmente decisivo. O tema não pode continuar sendo tratado apenas quando uma operação policial ou um escândalo ocupa o noticiário.

Nos últimos anos, acumularam-se evidências de que corrupção, fraudes, conflitos de interesse e falhas de governança não são episódios isolados. O Radar Ética Saúde – Inteligência e Transparência da Ética na Saúde, lançado pelo Instituto Ética Saúde em 2026, acompanha casos públicos e seus desdobramentos. Cerca de 90% das ocorrências monitoradas estão relacionadas à saúde pública. O dado não autoriza generalizações, mas indica onde a atenção do poder público precisa ser redobrada.

A percepção dos atores do setor reforça o alerta. Pesquisa do FGVEthics e do FGV Saúde, em parceria com o IES, mostrou que 66,8% dos entrevistados classificam a corrupção na saúde como alta. Nas instituições públicas, 92,5% afirmam percebê-la. Já 63,6% dos entrevistados relatam ter ouvido falar de irregularidades, testemunhado episódios ou tido contato com essas situações. Entre os exemplos citados, estão favorecimento em contratações, conflitos de interesse, influência indevida em prescrições e problemas em licitações.

O próximo governo precisa ler esses números como diagnóstico e agir desde o início do mandato. O dano ultrapassa a perda financeira. Recursos desviados ou mal aplicados podem significar medicamentos que faltam, serviços que deixam de ser oferecidos, filas maiores e menos atendimento. Ética e integridade são condições para que o recurso chegue ao paciente.

Estudo do IES em parceria com o grupo de pesquisa Contratações Públicas, vinculado à PUC-SP, identificou 49 práticas antiéticas na cadeia da saúde e as organizou em 10 categorias. Entre elas, estão fraudes em licitações e contratos públicos, corrupção e desvio de recursos, irregularidades envolvendo organizações sociais, conflitos de interesse, glosas abusivas e uso inadequado de dados. Uma década de observação permitiu identificar situações que podem ser prevenidas e enfrentadas.

O próximo passo é substituir respostas episódicas por uma política pública permanente de ética e integridade na saúde. Fiscalizar e punir continuam indispensáveis, mas a prevenção exige fortalecer controles internos, transparência e rastreabilidade, proteger canais de denúncia, qualificar a gestão de riscos e estabelecer critérios claros para compras, contratos, fornecedores, organizações sociais e relações entre agentes públicos e privados.

Também será necessário transformar integridade em cultura de gestão. Códigos, manuais e treinamentos têm valor, mas pouco resolvem se não influenciam decisões cotidianas. A escolha de fornecedores, a contratação de serviços, a fiscalização de contratos e o uso de informações de saúde precisam seguir critérios transparentes e verificáveis.

O próximo governo não partirá do zero. Ao longo de 11 anos, o Instituto Ética Saúde produziu estudos, indicadores e mecanismos de autorregulação privada voltados à ética e à transparência. Com o Radar, casos antes observados de forma fragmentada podem revelar padrões. Esse conhecimento está à disposição do poder público, dos órgãos de controle e fiscalização, da academia, das empresas e da sociedade para qualificar o debate e contribuir para soluções.

União, estados e municípios devem atuar de forma coordenada, com responsabilidades claras, compartilhamento de informações e mecanismos capazes de mostrar se prevenção, transparência e governança estão avançando. O enfrentamento deve começar nos primeiros meses e ter continuidade até o fim do mandato.

O presidente da República receberá em janeiro problemas antigos, mas também evidências e instrumentos novos para enfrentá-los. A oportunidade está em transformar diagnóstico em política pública e integridade, em prática permanente. Em um sistema que administra recursos escassos e atende milhões de brasileiros, cada valor desviado, desperdiçado ou mal aplicado deixa de cumprir uma finalidade essencial. Enfrentar o problema desde o início do mandato é proteger o interesse público e garantir que os recursos da saúde cheguem ao paciente, que deve estar no centro de todas as decisões.